



## **ATA Nº 2/2020**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, no Auditório da Casa da Cultura/Cineteatro de Rio Maior, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, que congregou as sessões ordinárias de abril e junho, conforme enquadramento legal previsto na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Mário João das Neves Flores, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas dezassete horas e cinquenta minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- PONTO PRÉVIO -----**

#### **----- APROVAÇÃO DE ATAS -----**

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2020 referente à sessão ordinária de 22 de fevereiro. -----

#### **----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2020 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 22 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, António Manuel da Silva Moreira, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Asseiceira e da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz (27 presenças). -----



----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à leitura da correspondência deu conhecimento de que foi apresentada na Mesa um voto de louvor proposto por todos os grupos municipais, que será lido pelo Primeiro Secretário, discutido no período de antes da ordem do dia e votado logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. ----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2 e o voto de louvor apresentado pelos grupos municipais (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e da Ribeira de São João -----

----- Deputado Filipe Vicente Martins -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Deputado Tiago Filipe Francisco Santos -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por fazer um pequeno resumo do tempo do que se passou entre a última sessão da assembleia Municipal e a presente data, sabendo que a Freguesia de Arroquelas foi a primeira a ter casos de pessoas infetadas por COVID-19 no concelho e que essa situação veio colocar dilemas totalmente novos, para os quais ninguém estava minimamente preparado e passando o elemento mais interessante que a freguesia tinha, a circulação de pessoas, a ser um perigo eminente. Disse ainda que se tratou de um período difícil, mas ao qual as pessoas se foram habituando, tomando cuidados e respeitando regras, e que coincidiu com um período de execução de trabalhos pelo município, tais como requalificação de vias e aplicação de betuminosos, louvando, desde logo, todos aqueles que estiveram no terreno e que permitiram o desenvolvimento da freguesia a que preside. -----

----- Referindo-se aos incêndios, deu conta que a freguesia de Arroquelas serviu de experiência piloto para realização da nova forma de apoio aos operacionais em teatro de operações, com os novos espaços organizados de forma a diminuir os níveis de contágio, trabalho efetuado conjuntamente com a Câmara Municipal de Rio Maior e com a Desmor, EM SA e que permitiu a criação de um circuito para servir cerca de 130 bombeiros. Considerou que para toda esta nova normalidade terá que haver uma adaptação gradual e uma adaptação já que se irá viver com esta situação durante muito tempo. -----

----- Afirmou ainda que toda esta conjuntura leva a um desgaste natural nas pessoas e nas relações e cria um contexto certo para o crescimento de novos movimentos que, em termos da continuidade da democracia e da liberdade, sem se falar nas extremas, tanto à direita como à esquerda, favorece a existência de um contexto muito apetecível para as batalhas políticas, acrescentando que na freguesia de Arroquelas isso é uma evidência e notam-se já alguns laivos do que poderão ser os próximos tempos no que se refere a debate político com uma certa inclinação para a direita, não a direita decente que o próprio vê e revê e considerou que o partido que representa tem tido uma prestação digna e decente, e referiu o valor de quem tem assegurado a visibilidade da parte do centro de direita, que tem tido, até durante esta fase de Covid-19, uma postura de relevar, afirmando que Rui Rio, no seu entender, tem sido um líder decente para a direita contrariamente aquilo que se vai vendo por esse mundo fora, que é a proliferação de líderes claramente indecentes para assegurar o futuro de quem quer que seja. -----

----- Terminou dizendo que a continuidade daqui até ao fim do mandato será obviamente rápida, da sua parte tudo se fará para continuar a acompanhar o balanço



que o Executivo Municipal tem tentado imprimir e que entende que é este o espaço para esse reconhecimento público do esforço que tem sido feito para alargar um pouco o desenvolvimento às zonas de periferia. Referiu que tem havido alguns dilemas com outras áreas, mas o que queria aqui deixar é o reconhecimento público por aquilo que tem sido feito pelo município ao longo dos últimos tempos onde a sua freguesia se inclui.

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para agradecer ao executivo municipal pela execução dos alcatroamentos feitos na união de freguesias e considerou este um bom princípio que revela o empenho em ajudar as freguesias. -----

----- Acerca da obra de reposição do pavimento originada pelos cortes efetuados na Vila da Marmeleira, disse que foi efetivamente acionada a garantia bancária e que foram realizados já realizados os trabalhos nas zonas mais degradadas. -----

----- Afirmou que muito haverá a fazer na Vila da Marmeleira no que se refere a alcatroamentos e desejou que de futuro isso possa vir a ser tido em conta, já que a população tem sido bastante sacrificada no que a isso se refere. -----

----- Relativamente à obra que decorre em Assentiz, substituição da tubagem, informou que a mesma se encontra a decorrer, esperando que no futuro possa vir a ser alargada a outras zonas e assim haver condições de utilização do serviço de água para todos. Agradeceu mais uma vez a execução destas obras, em nome da união de freguesias que representa, esperando que no futuro se possa fazer ainda mais coisas. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Lembrou que o período crítico de incêndios inicia a 1 de junho e decorre até 30 de setembro, estando as queimas proibidas e cabendo a todos assumir a responsabilidade como agentes de proteção civil. Deu conta que, como é hábito, a Câmara Municipal enquanto proteção civil no concelho reuniu com a juntas de freguesia, os bombeiros, a cruz vermelha e a GNR no sentido de preparar o dispositivo especial de combate a incêndios rurais (DECIR 2020). Acrescentou que este ano, por causa da pandemia, foram alterados alguns hábitos e criados cuidados em teatro de operações, entre os quais o facto de as juntas de freguesia terem que assegurar nos seus territórios as salas



de apoio e refeições com capacidade para no mínimo cinquenta operacionais garantindo todas as condições de segurança e higiene. Disse ainda que as refeições serão asseguradas pelo município através da Desmor, EM SA. Afirmou que a proteção civil no concelho tem vindo a mudar para melhor e que enquanto presidente de junta se sente incluído nesse novo sistema. -----

----- De seguida referiu-se à atual situação do Centro de Dia de São João da Ribeira, que está sem utentes desde o dia 16 de março, mas que continua a ter os encargos com os funcionários, com o combustível para as carrinhas que continuam a fazer as cantinas sociais e distribuição de refeições para utentes em todo o concelho de Rio Maior, e com os consumos de energia que são praticamente os mesmos. Informou que a quebra da receita, segundo a direção do centro, é na ordem dos 55% e a situação financeira no final do presente mês ficou reduzida a mil euros de saldo disponível. Disse que a junta de freguesia tem apoiado com géneros alimentares, com combustível, com materiais de proteção e segurança para os funcionários, com um conjunto de equipamentos para a segurança de todos, mas que não poderá ir muito mais além do que isso. Acrescentou que não existe previsão para reabrir com utentes e o Centro de Dia conta atualmente com oito funcionários, seis efetivos e dois a contrato e apoia diretamente e indiretamente cerca de cem pessoas na área do concelho de Rio Maior, e começa a ser difícil ter condições para continuar a funcionar. Questionou se este tipo de situações está a ser acompanhada pela Câmara Municipal e se está a ser pensada alguma medida adicional, além dos apoios que vão sendo dados, para apoiar estas instituições. -----

----- Por último, deixou um agradecimento ao município pelos recentes investimentos feitos na união de freguesias a que preside reconhecendo a importância dos mesmos, lembrando, no entanto, que continua em falta alguns investimentos já discutidos com o executivo da Câmara Municipal, dos quais se destacou a recuperação do Pavilhão Desportivo Marcolino Nobre na Ribeira de São João, a recuperação investimento mais do que discutido e sempre oportunamente lembrado por no que diz respeito a Ruy Belo, a intervenção estruturante e urgente no último troço do caminho municipal 1312, nomeadamente no que respeita ao abastecimento de água pública e respetivo alcatroamento. Referiu que, como é óbvio, isto não retira a importância dos investimentos que têm vindo a ser feitos e que espera e acredita poder fazer o agradecimento e o mesmo reconhecimento acerca de alguns investimentos mais ainda



no decorrer deste ano e reiterou a disponibilidade dos presidentes de junta para as populações e para colaborar com a Câmara Municipal e demais instituições. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Pediu a palavra apenas para questionar o executivo sobre a questão do Covid-19, que a todos preocupa, questionando como é que está a situação no concelho de Rio Maior neste momento, que apoios foram solicitados à Câmara Municipal e que respostas é que foram dadas. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao pedido de reunião que o Partido Socialista solicitou ao Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal para que, juntamente com os líderes de bancada, pudessem inteirar todos do que estava a acontecer e assim deixá-los na posse de alguma informação que lhes permitisse a discussão do assunto e conhecimento dos planos necessários. Informou que não foi obtida nenhuma resposta e lamentou que num período tão difícil, quando se demonstra solidariedade e vontade de fazer parte da solução, a não resposta tenha demonstrado uma atitude pouco democrática, pouco proactiva e também um sinal de pouca proximidade, não querendo ouvir ninguém. Considerou que teria sido uma questão democraticamente necessária e cordial ouvir os líderes dos partidos ou mesmo não os querendo ouvir, dar-lhes, pelo menos, a conhecer o que estava a acontecer, salientando que esta pouca proatividade e pouca proximidade foi sentida não só pelos próprios mas também um pouco por todo o concelho, já que, enquanto que a maioria dos municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) estiveram coordenados com as suas juntas, associações, lares e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), em Rio Maior tomaram-se medidas cegas e tardias, em seu entender. Explicou que as considera cegas porque, por exemplo, isentaram-se todos de pagar a taxa de disponibilidade, o que representou uma perda mensal para a câmara municipal em cerca de noventa mil euros, o que para algumas famílias pouco representa na sua gestão mensal, enquanto que as IPSS que precisaram de uma grande ajuda, porque tiveram mais gastos e tiveram que chegar a mais pessoas, não tiveram essa ajuda excecional que mereciam e que o momento exigia, e tardias porque



o estado de emergência foi declarado a 18 de março e só a 7 de abril é que a Câmara Municipal disponibilizou os contactos importantes aos seus munícipes, colocando uma informação na porta e até lá ninguém sabia o que é que se estava a passar, ninguém sabia o que é que se estava a fazer, não se sabendo sequer se estava a preparar-se algum hospital de campanha, e considerou que todos mereciam estar informados, porque não duvida que a Câmara Municipal fez o melhor que pode e que conseguiu e que se esforçou, mas a informação devia ter sido dada, porque todos eram visados e ainda o são. -----

----- Relativamente às comemorações do 25 de Abril, congratulou o Partido Socialista pela forma como não deixou passar em claro esta data, tendo-se adaptado às circunstâncias revelando capacidade e criatividade elaborando um bonito vídeo que a todos deixou orgulhosos, ao contrário desta Câmara Municipal, que unicamente por falta de vontade, não deu oportunidade aos diversos partidos de se manifestarem nesta data, fazendo um vídeo pobre e pouco democrático, quando dispunha de todas as ferramentas necessárias para ter feito uma comemoração digna, e afirmou que, infelizmente, quarenta e seis anos depois ainda há pessoas que não interiorizaram esta data e esta atitude da Câmara Municipal de não convidar mais ninguém para o seu vídeo merece da parte do Partido Socialista uma censura política. -----

----- Relativamente à Escola Profissional de Rio Maior, disse ser um assunto que para a Câmara Municipal não colheu grande simpatia, que depois foi tratado de uma forma quase leviana e que passou agora a ser uma prioridade, diz-se. Afirmou estar-se agora a apoiar um projeto com um passivo de setecentos mil euros, em que a reputação da escola foi manchada e posta em causa e questionou quais os planos que existem para a escola e qual o plano de recuperação financeira, porque considera que estas são as respostas que têm que ser públicas para assim se recuperar a imagem da escola e para segurança dos pais e dos alunos que a queiram usar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que a relação da Mesa da Assembleia Municipal com os grupos políticos aqui representados está regulamentada e que quem enviou a carta não faz parte da Assembleia, nem de nenhum grupo parlamentar e não invocou nenhuma norma regimental. Nesse enquadramento, disse, não responde nem ao Partido Socialista nem a nenhum outro. Afirmou não existir nenhuma questão política, que é apenas uma questão de princípio sua, e que para obter uma resposta, devem ser cumpridas as regras existentes. -----



----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à apresentação pública, pela Freguesia de Rio Maior, dos novos equipamentos, nomeadamente um trator, um cilindro e algumas alfaias para as máquinas, que foram adquiridos para servir os diversos trabalhos a cargo daquela junta de freguesia e irão aumentar a capacidade de atuação da mesma. Referiu ainda que os mesmos foram comparticipados pela Câmara Municipal por deliberação do Executivo e da Assembleia, transferindo para a Junta de Freguesia de Rio Maior o valor de quinze mil euros, à semelhança daquilo que já tinha sido feito com a União de freguesias de Azambujeira e Malaqueijo. Questionou se, dada a importância do trabalho das freguesias, esta comparticipação será extensível às restantes freguesias. -----

----- **Deputado Tiago Filipe Francisco Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que devido à situação atual e excecional não foi possível realizar as habituais comemorações da importante data que é o 25 de Abril e que, por isso, não poderia deixar de fazer referência à data e à relevância que teve na história recente. Disse que as ideias deste discurso são geralmente conhecidas, dizendo mesmo que não são só suas, mas da sociedade e de todos. Afirmou que são inegáveis, inúmeros e valiosos os avanços que se conseguiram na sociedade assim como as conquistas democráticas que todos interiorizamos, como a liberdade, a democracia, o desenvolvimento económico, o fim do isolamento internacional do país, as conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, a universalização da Segurança Social, a valorização do Poder Local e que esta revolução trouxe grandes progressos na direção de um país mais qualificado, mais inovador e mais empreendedor. Referiu que este ano, pelas razões conhecidas, com o País em estado de emergência e a maioria da população em confinamento, não se afigurou nem oportuno nem conveniente realizar qualquer comemoração que implicasse a concentração de um alargado número de pessoas no mesmo espaço e ao mesmo tempo, sendo a data assinalada com uma iniciativa do Município nas redes sociais, onde foi sendo, por ordem cronologia dos acontecimentos, relatado em direto na página oficial os acontecimentos e colocado um



vídeo conjunto do Presidente da Câmara em conjunto com o Presidente da Assembleia Municipal. Terminou dizendo que a liberdade que não respeita o interesse comum da sociedade, coloca em causa a própria cidade organizada e a forma séria e responsável como foi encarada a celebração deste dia permitiu cumprir as regras do período que vivia e vive, protegendo o bem maior que é a vida e louvando a coragem e a dedicação de todos os profissionais saúde, das forças de segurança da proteção civil, dos bombeiros, dos serviços municipais e freguesias, instituições e voluntários que estiveram e estão na linha da frente do combate, cumprindo-se, desta forma, os valores de Abril. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Afirmou que as circunstâncias que se têm assistido levaram a que a forte aposta que a Câmara Municipal tem feito na área do turismo seja, agora, ainda mais forte e potenciadora do turismo interno e das férias “cá dentro”. Referiu que Rio Maior se afigura, cada vez mais, como sendo um destino seguro e com potencial turístico, potenciado pela localização. Nesse sentido, questionou quais as estratégias que a Câmara Municipal está a desenvolver para promover este setor, que é um dos mais afetados pela pandemia, e ajudar a garantir que são estabelecidas todas as regras de segurança não só para os munícipes, mas também para quem nos visita. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar quais são as ações que estão a ser feitas relativamente ao canil municipal, já que visualizou nas redes sociais diversas publicações, e quais os projetos futuros já que muito embora a construção do canil tenha sido de acordo com os padrões, o seu funcionamento nunca foi o mais adequado. Questionou ainda se se pretende abrir mais o canil à população. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por solicitar ao Presidente da Câmara que possa arranjar uma solução que viabilize a existência do centro de dia de São João da Ribeira e Ribeira de São João, para que aquele não acabe e dado serem já tão poucos aqueles que existem. -----



----- Solicitou, de seguida, a intervenção da Câmara Municipal junto das empresas de telecomunicações para que a antena que abrange a zona de São João da Ribeira e Vila da Marmeleira possa ser melhorada já que não estará nas melhores condições, ou até mesmo colocada fibra ótica, já quando existe um maior tráfego de comunicações torna-se muito difícil simplesmente telefonar, considerando que nos tempos que se vivem se torna um constrangimento enorme para quem trabalha e estuda em casa. -----

----- De seguida chamou à atenção para a situação de perigo na estrada que liga São João da Ribeira à Vila da Marmeleira, onde existem terrenos que são cultivados e onde se torna necessário a colocação de rails de proteção principalmente nas zonas de curva.

----- Solicitou que lhe pudesse ser dado o ponto de situação da colocação das luminárias, que falta trocar para uniformizar, chamando também à atenção que sendo os dias grandes neste momento não será necessário que as luzes estejam acesas tão cedo, adaptando assim a luminosidade ao horário do dia e gerar poupança nos custos com a eletricidade pública. -----

----- Para terminar referiu-se à época de incêndios, que normalmente fustiga bastante as freguesias de Arroquelas e Vila da Marmeleira pelas suas encostas, nomeadamente a zona do campo da bola, que é uma zona ampla, pejada de ervas, de matagal e no contexto atual que limita a utilização do pavilhão, esse espaço poderia ser arranjado para utilização e em simultâneo eliminar o perigo que constitui para a população e em especial para as casas ali perto. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a situação de pandemia veio trazer novos desafios a todos, não só em termos de vida humana, mas também da vida das cidades e dos espaços rurais, que neste momento passaram a ser mais apelativos por gerarem um maior sentimento de segurança. Considera, no entanto, que também é fundamental continuar-se a investir no plano de desenvolvimento já previsto e após a pausa causa pela pandemia, retomá-los e avançar. Nesse sentido, solicitou ao Executivo Municipal qual o ponto de situação da requalificação da Zona Ribeirinha, do edifício da antiga moagem e outras obras de requalificação que estejam previstas e que queiram divulgar. Considera que estas obras são muito importantes para a valorização do concelho e da própria cidade e é sua convicção que é nestes dias de presente incerto que se deve perspetivar o futuro. -----



----- Por fim deixou uma palavra de agradecimento a todos os profissionais de saúde, que todos os dias arriscam a vida para mitigar os problemas desta pandemia, assim como a todos os outros que o fazem em prol da segurança de todos. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que a Coligação Democrática Unitária (CDU) tomou conhecimento que o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva conseguiu angariar mais de cem computadores e tablets para os alunos poderem aceder e trabalhar a partir de casa. Reconheceu ainda o trabalho dos professores dos agrupamentos de escolas que participaram de forma brilhante no projeto “Estudo em casa”. Disse ainda que gostaria de ver esclarecida a informação que receberam, não confirmada, de que não haveria acesso à Internet por algumas crianças e que não teriam recursos financeiros para tal, salientando que é sempre relevante tentar-se minimizar as diferenças sociais. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu início à sua intervenção dizendo que de facto são tempos estranhos e que se estranham, mas que vê uma situação mais solarenga do que aquela que os meios de comunicação social e alguns responsáveis políticos de vários quadrantes apontam. Considera que as pandemias podem também ser uma virtude civilizacional porque obrigam a refletir sobre a forma de estar na vida e sobre aquilo que é a precaridade da vida humana, o que é uma coisa que se está pouco habituado a lidar estamos pouco habituados a lidar, já que estamos habituados a lidar com uma certa imortalidade e esta pandemia veio transformar isso e mostrar que afinal que toda a imensidão de conhecimento existente é pouco válida para uma coisa tão pequena. Lembrou também que, por exemplo, no último ano em que há dados da Organização Mundial Saúde (OMS) sobre a sida morreram setecentos e setenta mil pessoas no ano de 2018 e que até agora morreram quinhentas e cinquenta mil pessoas de Covid-19, das quais uma percentagem muito elevada estava já em situação debilitada derivado a outras patologias e apenas está catalogada como morte com Covid-19 e não morte por Covid-19. -----



----- Após estas declarações disse que é preciso, responsabilmente, passar a uma nova fase, já que as notícias da existência de um medicamento e/ou vacina a curto prazo podem constituir solução para a economia. Referiu ainda que neste cenário que vivemos, lamentavelmente, deu para perceber que existem dois dados: um que sabe o quanto vale a liberdade e outro que considera que existem valores que facilmente servem para promover ditaduras. Disse ainda que efetivamente os benefícios do estado de calamidade foram notórios na resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas que é muito importante que as sociedades sejam capazes de perceber que quando começam a ser retiradas determinadas liberdades, abre-se a porta a porta a poderes que interessam muito pouco. -----

----- Referindo-se às comemorações do 25 de Abril, em pleno estado de emergência, quis deixar a crítica construtiva, lamentando que a mensagem da Câmara Municipal e Assembleia Municipal não tenha contido uma abrangência de lateralidade política daquela que é a representatividade democrática da sociedade portuguesa. Afirmou que teria sido fácil e que nenhuma norma do estado de emergência teria sido posta em causa, acreditando que assim não aconteceu por erro e não porque um determinado grupo possa ter querido usurpar esta mensagem no 25 de Abril. -----

----- De seguida referindo-se à situação da faturação e consumo de água, disse que relativamente a vários aspetos iria solicitar esclarecimentos aos serviços por escrito, nomeadamente no que diz respeito ao facto de a sua fatura de apresentar um consumo de zero quando isso não aconteceu, houve efetivamente consumo. No que se refere à isenção da tarifa fixa, embora que reconheça o alívio que possa ter constituído, o que realmente era importante seria baixar o preço do m<sup>3</sup> de água, já que ao isentar aquela tarifa está a hipotecar-se a receita do município e se fosse um abatimento no preço da água podia-se sempre, politicamente pelo menos, fazê-lo repercutir na empresa fornecedora dos serviços. Acrescentou que esta era uma obrigação de todo o executivo, poder e a oposição, fazerem força nesse sentido e não deixar que fossem apenas as tarifas fixas. De qualquer das maneiras saudou o alívio aos consumidores num tempo importante. -----

----- Questionou depois sobre as obras de requalificação da zona ribeirinha e se estão a ser cumpridas todas as dimensões das pedras e se estava previsto aquele confinamento às margens do rio que aparentemente está a ser feito e também o que vai ser feito com os achados arqueológicos feitos no local, nomeadamente as mós do edifício do século XVI ou XVII para o qual, me tempo, alertou. -----



----- Saudou Rio Maior por ter a oportunidade de receber alguns atletas da seleção olímpica do Brasil no complexo desportivo esperando que os interesses do Município estejam altamente salvaguardados e venha colocar Rio Maior na imprensa nacional e mundial, agora e para o futuro e que, de facto, isto possa ser uma imagem identitária do concelho que se tem perdido, que foi uma coisa criada com o Partido Socialista do ponto de vista da “Cidade do Desporto”, que tem sido diluída, mas que, felizmente, vai agora trazer, fruto desse investimento, a possibilidade de termos algum ar fresco e um incentivo importante à economia por via do desporto. -----

----- Questionou ainda se a Câmara Municipal e a Escola Superior de Desporto de Rio Maior têm refletido sobre as dificuldades do próximo ano letivo, sabendo que a cidade de Rio Maior está umbilicalmente ligada à Escola Superior de Desporto nos últimos vinte anos, assim como a economia do concelho é muito direta e indiretamente fundamentada nesta escola, pese embora haja outros setores importantes como seja os agroindustriais, mas, do ponto de vista dos serviços e da cidade, é indelevelmente um aspeto a ter em conta e, por isso, é preciso que haja um plano importante que faça face às dificuldades que eventualmente possam surgir. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao voto de louvor apresentado à Mesa dizendo que é mais que justo para todos os profissionais que tiveram que trabalhar para que outros pudessem estar em casa a cumprir a obrigação de confinamento neste período tão difícil para todos e, por isso, deixar um agradecimento especial a todos. Deixou também os parabéns a todas as crianças que num esforço enorme e privados de tudo conseguiram estudar e adaptar-se a estes tempos e às novas formas de ensino. Disse ainda que devido a isso foi também um período bastante complicado para os pais que, além de trabalharem, tiveram que assumir este novo papel de professores. -----

----- Quis também agradecer a realização da comemoração do Dia da Criança que, não obstante estar longe do habitual e desejável, permitiu assinalar a data em todo o concelho e, de alguma forma, levar às crianças alegria e satisfação. -----

----- Referiu-se ainda à difícil situação que é viver este período de restrições, sem abraços e sem os afetos habituais até com aqueles que são os mais próximos, com a obrigatoriedade de manter a distância de segurança e a utilização de máscaras, mas que acima de tudo considera este um povo de gente resiliente, atenta, preocupada e



capaz de cumprir com as medidas exigidas para o bem de todos. Afirmou que desconhece se tudo vai ficar bem, mas que pelo menos diferente ficará com as consequências dramáticas não só na saúde, mas também na economia, na educação e em tantos outros ramos de atividade, assim como sociedade e até a nível da saúde mental. No entanto, salientou que o município de Rio Maior cedo percebeu a situação e foram tomadas várias medidas de prevenção e de apoio, nomeadamente a interrupção da Feira das Tasquinhas, isentar tarifas fixas de água, limpeza de espaços de uso comum, suspensão de cedência de equipamentos culturais e de transportes municipais, suspensão de todas as visitas de lazer, turismo e de âmbito desportivo, cultural e recreativo promovidas pelo município, entre outras. Questionou se para além destas medidas outras existiram que não tenha tido conhecimento e quais e também se, no âmbito do desconfinamento que agora se inicia, estão previstas mais algumas medidas. Agradeceu à população do Concelho pelo respeito no cumprimento das medidas exigidas pela Direção Geral de Saúde e pediu ao Presidente da Mesa que, com a concordância de toda a Assembleia, se pudesse fazer um minuto de silêncio em nome de todos os que faleceram no país em consequência desta pandemia e do Covid-19. –

----- Terminou fazendo referência aos apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), fazendo suas as palavras do Presidente da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João que se referiu a uma dessas instituições que, como outras que tem conhecimento como o Centro Social de São Domingos de Assiceira passam pela mesma dificuldade agora que as receitas diminuem drasticamente e as despesas se mantêm. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer as palavras elogiosas dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mas, na verdade, considera que é missão das autarquias desenvolver relações que promovam os territórios e o bem-estar das populações e não para fazer jogos políticos, o que, no caso de Rio Maior está demonstrado que não acontece. Salientou que o trabalho que está a ser desenvolvido é conjunto entre as autarquias e com as equipas que as acompanham. -----



----- Relativamente às obras que têm vindo a ser projetadas e executadas por todo o concelho, disse as mesmas se tratam de obras planeadas e não obras de ocasião eleitoral e que apenas se apresentam em ano de eleições. Reiterou que se trata de um plano de beneficiação da rede viária em todo o concelho não só na cidade, ou numa ou outra freguesia, mas em todo o território do concelho e que se pretende que seja continuado no tempo, sem interrupções. -----

----- Relativamente à referência feita à correção dos erros em obra na Vila da Marmeleira disse que finalmente está a ser corrigida a obra após ser acionada a respetiva garantia bancária para o efeito, resultado de um processo moroso e desgastante, mas que agora se encontra no bom caminho. Deu ainda conhecimento da empreitada que está a decorrer na Rua Manuel Sequeira Nobre, no valor e 173 mil euros, e que prevê a substituição total de toda a canalização com anos e anos de problemas no que toca à rede de águas, e que ficarão agora resolvidos de forma definitiva. -----

----- Relativamente á requalificação da Casa Poeta Ruy belo disse que o projeto já está efetuado e que neste momento se espera o resultado da candidatura efetuada e que o assunto do pavilhão da Ribeira de São João também não está esquecido, assim como a 3ª fase da melhoria da estrada desde a Escusa até à Cabeça Gorda, que implica a substituição da rede de águas e, por isso, de montante elevado, mas que constitui um compromisso que o município tem com a freguesia e que pretende honrar, se possível, ainda no decorrer do presente ano. -----

-----Acerca da situação do Centro de Dia de São João da Ribeira afirmou que lhe era totalmente desconhecida uma situação tão gravosa e que, fazendo valer a ligação estreita com todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), se irá de imediato promover uma deslocação da Vereadora responsável pela área a fim da Câmara Municipal ficar na posse de toda a informação necessária, já que desconhece qualquer dado acerca dos custos, das receitas, das medidas que possam ter sido utilizadas no âmbito das medidas da pandemia. -----

----- Neste contexto, informou que a ligação a estas instituições, em especial neste período, foi uma das preocupações essenciais dado o grupo de risco associado e, sem exceção, foi feito chegar a todas elas Equipamento de Proteção Individual (EPI), detergentes, desinfetantes de mãos e de superfícies, e outro tipo de material necessário, assim como foram realizadas reuniões de acompanhamento frequentes com as direções onde foi, inclusive, disponibilizada uma minuta de plano de contingência para



que o pudessem adaptar a cada uma delas, caso ainda não tivessem. Afirmou que o Município está ao lado destas instituições e tudo fará para as apoiar no excelente serviço que prestam à comunidade e que, mesmo não conseguindo chegar à satisfação plena, se conseguirá suprir as necessidades emergentes e que em conjunto com as freguesias se poderá minorar as dificuldades e evitar que tenham que fechar portas. -----

----- De seguida fez um resumo da planificação e atividade do dispositivo especial de combate a incêndios rurais (DECIR) e do trabalho de excelência que tem vindo a ser desenvolvido e reconhecido no distrito. Deu conta das novas diretrizes para os teatros de operações, desde as refeições até à identificação dos espaços em todas as freguesias com capacidade para pelo menos cinquenta operacionais em simultâneo, ficando as juntas de freguesia responsáveis pela gestão dos mesmos, desde a colocação do mobiliário de acordo com as regras até à desinfeção do equipamento e do espaço em si. Agradeceu, por isso, a todos os envolvidos que, mais uma vez, permitiram que Rio Maior esteja preparado para as ocorrências que possam vir a acontecer. -----

----- Respondendo às questões colocadas sobre as ações no âmbito da pandemia, deu conta que o Município de Rio Maior encetou o seu plano de combate muito antes do Governo começar a pensar nele e, com isso, foram tomadas várias medidas em tempo e, neste momento, é com algum orgulho que diz que o concelho soube comportar-se à altura registando, até ao momento, um número reduzido de casos ativos. Disse ainda que, desde o início e de forma diária, tem havido a comunicação por parte das entidades competentes da situação à população dando conta do ponto de situação, das ações tomadas e também nas medidas de proteção que todos devem seguir. -----

----- Informou ainda a Câmara Municipal iniciou desde o primeiro dia alguns apoios fundamentais: o serviço de refeições e sua distribuição a alunos, o serviço de refeições e apoio a pessoas que vivem em fragilidade social, agravada pela pandemia e ainda o apoio a empresas que, por uma ou outra razão, foram consultando o Centro de Negócios de Rio Maior e a Câmara Municipal, para esclarecimentos sobre as medidas que poderiam usufruir e a forma de o fazer. -----

----- Disse ainda que é completamente falso que o Município de Rio Maior não tenha tomado medidas que outros Municípios da Lezíria tomaram e esclareceu que foram realizadas reuniões entre os onze presidentes das câmaras que constituem a Comunidade Intermunicipal da Lezíria e Vale do Tejo (CIMLT), várias vezes por semana, durante vários meses, precisamente para coordenar as ações a realizar e não realizar, com coerência e seriedade. -----



----- Acerca do pedido de reunião por parte do Partido Socialista disse que aquele foi feito num momento de muito trabalho e preocupação e sem espaço para esse tipo de diversão, mas que estava confiante que o Município de Rio Maior não falhou um milímetro na comunicação à população, onde o requerente desse email se enquadra e, portanto, nesse sentido ficou garantida a comunicação a todo e qualquer munícipe. ----

----- Sobre a afirmação de teria havido pouca coordenação com a juntas de freguesia e com as associações e pouca proximidade, disse que tal não corresponde à verdade e informou que foram realizados reuniões e contactos diários para acompanhamento das necessidades, mantendo sempre a proximidade necessária com todos aqueles que de uma ou outra forma prestaram e prestam serviço e ajuda a quem necessita. Acrescentou ainda que foi o Município que muitas vezes garantiu funções que deveriam ser do Estado central, nomeadamente no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) às IPSS, nomeadamente às forças de socorro, Cruz Vermelha Portuguesa e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e Guarda Nacional Republicana. -----

----- Sobre a forma como foi assinalada a data do 25 de Abril pelo Município, considerou que foi uma forma sóbria e digna e que compreendendo as críticas ao formato, mas foi uma decisão sua e do Presidente da Assembleia Municipal não alargar a celebração e não a fazer presencialmente. Realçou que foi feita uma recriação ao minuto dos vários factos importantes que decorreram naquela noite de abril o que, em seu entender, permitiu dar a conhecer através dos novos meios de comunicação o dia da revolução, de uma forma interessante e didática e que permitiu, principalmente aos mais novos aprenderem sobre o “25 de Abril”. -----

----- Relativamente à situação da Escola Profissional de Rio Maior disse que foi assumida pelo Município de Rio Maior a sua quota parte dos prejuízos na empresa e que não se trata de um volte face, mas sim o de assumir as obrigações como sócio, perante a inexistência de outra possibilidade e na esperança que os restantes sócios façam o mesmo. -----

----- De seguida referiu-se à apresentação dos equipamentos pela Junta de Freguesia de Rio Maior relevando o empenho da mesma em querer continuar a prestar um bom serviço à população e desejou que este possa ser reforçado com estas aquisições. Disse ainda que é com toda a satisfação que o Município de Rio Maior dá este apoio às juntas de freguesia no sentido de ajudar na aquisição de equipamentos e que este é o método de trabalho em que acredita, no qual as freguesias são prioridade e em que o



Município, sempre que tiver disponibilidade, estende o seu apoio a projetos pontuais que caberá à Assembleia Municipal aprovar. -----

----- Sobre o turismo no concelho informou que a Câmara Municipal, através dos responsáveis pela área, tem vindo a preparar um plano adequado aos tempos de pandemia e que prepare e promova o concelho para a saída desta época. Deu conhecimento que Rio Maior encetou uma rede local de turismo que reúne todos os promotores turísticos do concelho e que, com eles, foi definido um plano de ação para o desenvolvimento turístico e um plano de contingência geral para todos os alojamentos e todas as instalações para que possam adaptar as suas instalações. Disse também que foram disponibilizados serviços para que possa ser feito um vídeo promocional dos alojamentos em causa, “vendendo” Rio Maior como um destino seguro e aprazível e realizados uma série de eventos, nomeadamente a campanha faseada com a designação campanha “Em Breve” lançada nas redes sociais, aguçando o desejo em conhecer Rio Maior e que está por outdoors em todo o concelho, no distrito e também num monoposte na A1, em permanência, a publicitar Rio Maior. Disse não ter dúvidas que Rio Maior é, atualmente, um concelho referência no que toca ao planeamento e trabalho de preparação pós Covid-19 e no desenvolvimento de ações de atração turística. -----

----- Relativamente ao canil municipal agradeceu, desde logo, a quem o acompanhou no desafio de requalificar o canil e informou que após esse trabalho e essa mudança não existe nenhum animal naquela instalação que não esteja em boas condições de saúde, desparasitado, castrado, chipado e pronto para adoção como centro de recolha oficial. -----

----- Relativamente à rede de telecomunicações na Vila da Marmeleira disse não ser responsabilidade do Município esse tipo de proposta de reforço, mas que, dentro do ministério de influência que pode ter, será falado com as operadoras no sentido de saber da disponibilidade das mesmas em fazer esse reforço de sinal naquela zona. -----

----- Quando aos rails de proteção, informou que o Presidente de Junta tinha já dado conta desta situação e que a sua colocação está prevista na prestação de serviços que a câmara tem para conservação de vias municipais, assim como para São Sebastião. –

----- Quanto à colocação das luminárias deu conta que a harmonização da iluminação será feita no âmbito do concurso iniciado no valor de novecentos mil euros para eficiência energética e então todas aquelas que não forem LED serão substituídas, e em relação à zona do campo de futebol, se a Junta de Freguesia quiser ou precisar do



apoio da Câmara Municipal para o tratamento da zona, haverá toda a disponibilidade possível no sentido de o fazer. -----

----- Relativamente ao ponto de situação das obras a decorrer, informou que a requalificação da zona ribeirinha está com um ótimo grau de execução e a ser acompanhada diariamente e que as obras de requalificação das vias municipais por todo o concelho, estão também a ser executadas conforme planeado. Disse ainda que foi feita uma candidatura para ser feito um investimento nas escolas sede dos agrupamentos, no valor de cerca de um milhão e trezentos mil euros para que as duas escolas que tem a sua grande incidência na eficiência energética dos edifícios. Para além desta candidatura falou ainda na candidatura que se irá fazer para recuperação do edifício da antiga Moagem Maria Celeste que se situa no parque urbano resultante da requalificação da zona ribeirinha. Afirmou que se trata de um edifício icónico e fantástico, embora problemático, para o qual se prevê um projeto de requalificação no valor global de dois milhões e cento e quarenta mil euros e que foi já levado a reunião do Executivo Municipal. Acrescentou que para este edifício está projetado um laboratório de arqueologia, uma sala multifunções, uma exposição permanente e espaço de hotelaria, para apoio ao parque urbano. -----

----- Acerca dos computadores e tablets disponibilizados pela Câmara Municipal disse que estes foram entregues atempadamente às escolas para fazerem a sua gestão e deu ainda conhecimento que as escolas foram manifestando dificuldades que não tinham equipamento suficiente nem acesso à internet. Em face desta demonstração, disse que a Câmara Municipal optou então por fazer apoios ao nível refeições e material para as escolas, libertando-as desses custos e deixando a gestão do equipamento e acesso à internet nas escolas e das famílias. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal tem adquiridos oitenta computadores para poder fornecer às escolas caso o ano letivo arranque de maneira não presencial e se possa suprir algumas falhas que ainda existam. -----

----- Relativamente à questão sobre a colocação das pedras no parque urbano e se estão conforme o projeto, disse que sim e que estão no alinhamento previsto. Acrescentou que, ainda assim, a equipa está a tentar diminuir o impacto das mesmas em certas zonas e se o projeto suporta pedras mais pequenas, no sentido de não ter o impacto visual tão grande. Quanto aos achados arqueológicos disse que a obra está a ser acompanhada pela Direção Geral do Património Cultura (DGPC) e, diariamente, pela fiscalização, sendo os achados recolhidos, catalogados com o objetivo de ficarem



em exposição no próprio parque, fazendo uma clara ligação histórica daquele local ao novo empreendimento. -----

----- No que se refere ao próximo ano letivo, disse que todos estão à espera de conhecer as novas regras para o arranque do mesmo, mas que, não obstante isso, o Município tem trabalhado no sentido de, junto das escolas, garantir condições para os diversos cenários possíveis. Disse perceber perfeitamente as preocupações sociais e de desenvolvimento social para Rio Maior no que toca à abertura do ano letivo da Escola Superior de Desporto, porque esta é um fator determinante no desenvolvimento e se as aulas não forem presenciais será muito difícil ao município, ou qualquer outra entidade, conseguir compensar a falha da presença dessas pessoas na comunidade riomaiorense, mas que, seguramente, se saberá procurar medidas se esse problema se vier a verificar. -----

----- Para terminar agradeceu aos profissionais de saúde, de segurança, socorro, aos professores e a todos os profissionais que se mantiveram em serviço, a todos os colaboradores da câmara municipal que se mantiveram em serviço para que esta pandemia possa, no Concelho de Rio Maior, ser infinitesimalmente mais pequena do que aquilo que poderia ter sido. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação o Voto de louvor subscrito por toda a Assembleia Municipal. -----

----- **Voto de louvor (anexo 4)** -----

----- Colocado a votação, o Voto de Louvor foi **aprovado por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- De seguida colocou também a votação a proposta da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias para a realização de um minuto de silêncio por todas as vítimas da COVID-19. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças) e foi feito de imediato um minuto de silêncio. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório e Contas 2019 – DESMOR, E.M.S.A**-----

----- **Instrumentos de Prestação Contas 2019 – Escola Profissional de Rio Maior--**

----- **Informação ao órgão deliberativo no âmbito da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio--**

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----



----- **Atividade Municipal (anexo 5)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir aos pontos do Relatório de Contas da Desmor, EM SA, no qual o Município é o acionista único e da Escola Profissional de Rio Maior na qual é acionista maioritário. No que respeita ao primeiro congratulou-se pelos rácios de execução e de satisfação dos objetivos desde há já vários anos, e pelo facto de a dependência face ao contrato programa no ano transato ser de 30,88%. Chamou, no entanto, à atenção que em 2020 é espectável que o contrato programa vá aumentar percentualmente dadas as circunstâncias desta época de pandemia, o efeito que teve e tem, e que todos conhecemos. Referiu ainda que não obstante a receita se apresentar positiva nestas contas, caiu, face ao ano transato, mil e setecentos euros e verifica-se que foram efetuadas melhorias relevantes em 2019 ao nível da manutenção, mas, ainda assim, considera que todos podem verificar que são necessárias algumas obras de requalificação de alguns dos espaços e dar-lhe a imagem que merece, já que aquela é a entidade mais representativa do concelho, quer ao nível quer do usufruto dos municípios, quer ao nível da imagem do concelho para o exterior. Afirmou que felizmente, e também infelizmente, é a única marca que tem Rio Maior e que julga ser importante acarinhar. Face a isto, em seu entender, será importante verificar as modalidades de contrato-programa garantindo que a Desmor, EM SA, cumpra os rácios dos 50% de forma a garantir a sua solvabilidade no ano de 2020. -----

----- No que diz respeito à Escola Profissional de Rio Maior e às escolhas que foram sido conhecidas, disse que como democrata que é, considera que goste-se ou não se goste quando se dirige uma instituição, é-se mero passageiro, e que foram os associados que decidiram determinado sentido, tal como são os deputados nesta Assembleia que decidem num determinado sentido, se é favorável ou desfavorável a um determinado caminho, e que não tem que se fazer juízos de valor quando uma maioria pretende ir num determinado caminho. -----



----- No que respeita às contas, sabe-se que as mesmas são negativas em quinhentos e dezassete mil euros no ano de 2019 e seiscentos e treze mil euros para o ano de 2020 e questionou qual é a posição do Município face a esta situação. Disse que se verifica no relatório a referência a que foi lançado pelo sócio maioritário, Município de Rio Maior, um concurso público para alienação de parte da sua quota, que permitiria resolver o problema de financiamento a 100% e que não se iria alongar sobre esse parágrafo porque todos o conhecem sobejamente e as tramitações do processo, sendo que, a questão que realmente importa é saber, face a estas contas do ano de 2019, o que é que o acionista maioritário, para além de cobrir os custos deste défice com os seus capitais próprios, qual é estratégia de crescimento e de sustentabilidade desta empresa a médio e a longo prazo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente ao contrato programa da Desmor, EM SA, embora possa ser expectável que o contrato programa seja algo diferente, após conversas com a Presidente do Conselho de Administração e o acompanhamento que é feito diariamente à ocupação do centro de estágios, por exemplo, aquele já está perto da capacidade máxima de ocupação para agosto, fruto de um trabalho que transmite segurança, que transmite resultados e que transmite capacidade de resposta para as necessidades do Alto Rendimento e que, nesse sentido acredita que as alterações que possam verificar-se não sejam tão pesadas que não se consigam suportar. Relativamente ao facto de a Desmor, EM SA poder não ter um índice de solvabilidade agradável, afirmou que não tem dúvidas que a empresa está implementada com o seu público alvo, com a sua capacidade de atração de hóspedes e de utilizadores dos espaços, ainda que no ano que vem possa haver relatório de contas que não seja positivo, pelos momentos que atualmente se vivem, onde houve 100% de cancelamento das reservas neste período que passou. Afirmou ainda que o risco de não haver resultados positivos durante três anos seguidos é praticamente inexistente. -----

----- Quanto à situação da Escola Profissional de Rio Maior lembrou, mais uma vez, que esta Assembleia aprovou a autorização para a venda por parte do município através de procedimento e que os associados, representados pelos seus elementos do conselho de gerência e depois pelos sócios na Assembleia Geral de cada um deles, aprovaram por unanimidade determinado caminho processual administrativo que permitiu a elaboração da proposta que foi presente à Assembleia Municipal. Acrescentou ainda uma das premissas acordadas com todos os sócios e assinadas por unanimidade em



todas as deliberações, era a aceitação por parte de cada um dos sócios da sua quota parte do edifício para poder dar seguimento a todo o procedimento que tinha sido falado e, portanto, foi precisamente revogando uma deliberação favorável da sua Assembleia Geral, por proposta da sua direção, que encontrou um subterfúgio para, de alguma forma, não permitir à Câmara Municipal, como pessoa de bem que é, continuar no cumprimento daquilo com que se tinha comprometido com todos. Reforçou que o caminho foi efetivamente decidido por uma maioria na Assembleia Municipal, e que não foi essa maioria que foi contra a venda da escola, porque este órgão manifestou-se maioritariamente favorável e que aquilo que aconteceu foi que uma pequena minoria utilizou subterfúgios para que essa decisão não se concretizasse. -----

----- Respondendo à questão sobre o que está a ser feito a pensar no futuro da escola, esclareceu que, neste momento, todo o trabalho habitual da escola se encontra a decorrer e que está a ser definida uma estratégia de comunicação, que está já a ser posta em prática para que a escola possa captar novos investimentos. Disse que estão também a ser pensados e trabalhados pelo Presidente do Conselho de Gerência outros caminhos que não só o ensino profissional, como por exemplo a formação continua de ativos, portanto, a Escola Profissional estará a trabalhar e caberá ao conselho de gerência, a muito breve trecho, apresentar ao seu acionista maioritário bem como aos outros dois, uma proposta de caminho que permita o desenvolvimento continuado da escola que é aquilo que se sonha voltar a ter. -----

#### ----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

#### ----- **Ponto I – Aprovação do mapa de fluxo de caixa e mapas de execução orçamental de 2019 e aprovação da proposta de modificação dos documentos previsionais de 2020 | Revisão Orçamental n.º 1/2020**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que o que se pretende é ratificação da aprovação da proposta de modificação dos documentos previsionais de 2020 | Revisão Orçamental n.º 1/2020. -----

----- Acrescentou que se trata de uma medida que permitiu aos municípios introduzir de forma imediata o saldo de gerência do ano anterior e, desta forma, fazer face às despesas acrescidas geradas pela pandemia e, posteriormente ser ratificada na Assembleia Municipal. -----

#### ----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Ponto II - Documentos de Prestação de Contas do Município de Rio Maior | Ano de 2019** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação dos documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2019, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução n.º 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados, assim como, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019, constante do documento aprovado. -----

----- Referiu que se trata de um documento de apresentação de contas, tipicamente técnico e que relata aquilo que foi o trabalho e as contas do Município durante o ano de 2019. Disse que este é um documento de contas que revela transparência e rigor na forma como foram aplicados os dinheiros públicos, algo que é e deve ser sempre a pedra mais basilar da missão de quem é eleito, porque acredita que é uma obrigação dos autarcas prestar contas a todos e, em especial, aos membros da assembleia municipal. -----

----- Afirmou que não ficaria bem consigo mesmo se não fizesse um agradecimento a Isaura Morais pelo trabalho que teve ainda no decorrer do ano de 2019 à frente do Município e que grande parte da responsabilidade destas boas contas é reflexo da sua ação e, portanto, em seu nome pessoal e em nome do Município deixou-lhe um agradecimento por todo o seu trabalho à frente da autarquia. -----

----- Fez referência aos números de execução constantes do relatório de contas, nomeadamente o da receita que ronda os 86,85%, o da despesa a rondar os 78% e p das atividades mais relevantes de aproximadamente 88%, e também ao resultado líquido do exercício em cerca de um milhão e oitocentos e cinquenta mil euros. Apontou um saldo de gerência de dois milhões e seiscentos mil euros e uma redução total do endividamento em um milhão e quinhentos mil euros, sendo que houve, como é sabido, um novo endividamento no valor de um milhão e duzentos mil euros, concluindo que o real abatimento da dívida se cifre nos cerca de trezentos mil euros líquidos. Fez notar ainda que a Câmara tem um endividamento atual de cerca seis milhões e meio de euros o que possibilita que possa pensar nas suas contas de forma sustentada, que possa



recorrer ao crédito para fazer investimento, e que possa tomar decisões como aquelas que teve que tomou nesta altura da pandemia e que custou, até ao dia de hoje, perto de cento e oitenta e cinco mil euros. Saliu a dizer que isto só é possível porque houve um trabalho de dez anos que permitiu ao Município ao dia de hoje apresentar contas sãs, e fazer as escolhas que se consideram as mais certas para o concelho. -----

----- Por último, deixou um agradecimento a todos os membros da Assembleia Municipal e a todos os Vereadores, com e sem pelouros atribuídos, e principalmente a todos os colaboradores do Município de Rio Maior, que diariamente dão o seu melhor para que o trabalho do Executivo Municipal possa ser apresentado com qualidade. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que este documento decorre do cumprimento da lei e não da vontade de cada um de prestar contas com rigor, mas sim pela força do poder local democrático resultante do 25 de Abril. Agradeceu, em nome da Coligação Democrática Unitária (CDU), aos técnicos trabalhadores da Câmara Municipal o trabalho e os mapas apresentados. -----

----- Relativamente às questões políticas, disse que este relatório mostra claramente uma gestão que tem como prioridade as próximas eleições, pois o saldo de gerência, na ordem dos dois milhões e seiscentos mil euros, o resultado líquido do exercício, na ordem de um milhão e oitocentos mil euros, só pode dar para 2019 uma taxa de execução do plano plurianual de investimentos de 45,86%, ou seja muito baixa. Assim sendo, disse que esta prestação de contas cumpre os requisitos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), mas que está longe de resolver os problemas, no entender da CDU, com que se debatem as populações das zonas rurais e da cidade, que mereciam muito mais. Neste sentido, indicou o sentido de voto de abstenção. -----

----- Acerca da anterior intervenção do Presidente da Câmara, em que fez o justo reconhecimento à anterior Presidente de Câmara, disse que a finalizou dizendo que se orgulhava muito finalmente da transparência e das contas transparentes, aliás como se pode também ler no documento. Afirmou que, pessoalmente e como mulher, lhe custa ouvir isso e que a CDU também não acha que seja um ato de justiça, acreditando, no entanto, que o faça não de uma forma intencional, mas imbuído da sua envolvimento no trabalho que está a desempenhar. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----



----- Iniciou por dizer que se trata de um documento que reflete o compromisso assumido no orçamento e que, segundo os documentos apresentados, reflete uma execução que ronda os quase 80% na sua execução. Referiu que mais uma vez o caminho escolhido, nomeadamente o da redução da dívida, foi efetivamente um caminho certo, com muitas críticas ao longo deste mandato e dos mandatos dos executivos PSD/CDS, mas que na verdade se mostrou ser o caminho acertado e que permitiu que hoje se conseguisse socorrer às necessidades emergentes neste período de pandemia. Acrescentou ainda que são essas contas acertadas que permitiram voltar à realização de obras como as da zona ribeirinha e da rede viária do concelho, dar apoio social e a possibilidade de se poder aceder do crédito para estes e outros investimentos.

----- Referiu ainda que foi com agrado que ouviu que existe um projeto para o edifício da moagem e que este irá acolher várias áreas distintas, realçando que um investimento de dois milhões só é agora possível devido ao trabalho que foi sendo desenvolvido ao longo destes mandatos. -----

----- Terminou fazendo referência à campanha de promoção do concelho, desenvolvida através de vários meios, como vídeo e outdoors, incluindo na A1, e que, em seu entender, é crucial para o desenvolvimento e reconhecimento turístico do concelho e aproveitou para endereçar os parabéns por esta iniciativa que irá, com certeza, dar um impulso para o reconhecimento do património existente, das salinas, da villa romana e de tantos outros locais. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Considerando a nota de cariz pessoal feita numa das intervenções em relação ao Presidente da Câmara, questionou se este pretendia exercer o direito de resposta. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Aceitou exercer esse direito dizendo que, tratando-se até referências a pessoas que não estão presentes, gostaria de esclarecer a situação. Disse que a Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais e o próprio em 2005 estiveram juntos a concorrer à Junta de Freguesia de Rio Maior, que a Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais e o próprio concorreram a órgãos separados à Junta de Freguesia de Rio Maior em 2009, que em 2013 voltaram a concorrer tal como em 2009, que em 2017 teve a honra de, ao lado da Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais, fazer uma candidatura há câmara, e que até ao final de 2019 teve o especial prazer de caminhar ao lado e aprender muito com a Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais pela sua experiência autárquica a nível municipal. Em face disto esclareceu que o que disse foi que estas contas revelavam



transparência e rigor na forma como foram aplicados os dinheiros públicos e que essa deve ser a missão de qualquer autarca. Afirmou que tem na Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais uma amiga de coração, com muitos anos de amizade e que ainda hoje a consulta sempre que sente que precisa de uma opinião e vice-versa. Reiterou que seria incapaz de alguma vez pôr em causa aquela a prestação da Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais enquanto Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, porque não só reconhece que o concelho está melhor, como admira a sua capacidade de ser uma luz no meio das multidões onde se encerra. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 8 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Ponto III – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Rio Maior | Ano de 2019** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2019. -----

----- Disse ainda que o grande revés nas contas do Município é o reflexo da situação da Escola Profissional de Rio Maior, sendo que esse reflexo acaba por não ser tão grave devido à saúde financeira que o Município goza nos dias de hoje e que isso mesmo foi afirmado pelo Revisor Oficial de Contas na certificação das mesmas que agora se apresenta. Não quis deixar, no entanto, de registar a sua preocupação pelo facto de que esta verba, que poderia ser utilizada para outros investimentos, estar assim comprometida e, por isso, alguns desses investimentos adiados para um momento posterior. Terminou dizendo que não há ação sem consequência e que se não fosse a saúde financeira da Câmara Municipal poderia haver um problema muito grave e que assim sendo há só um problema muito grande. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês



de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- ““Para a CDU este documento é um documento que é muito complicado, daí a CDU ter votado contra, porque o documento que nos foi presente, apresenta situações, em nosso entender, de carácter delicado ao nível financeiro que configuram, e ressalvo em nosso entender, uma gestão dos dinheiros públicos com indícios de negligência e incompetência. Como tal votámos negativamente o documento.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal que os pontos IV e V pudessem ser apresentados e discutidos em conjunto e votados em separado. A proposta foi aceite por unanimidade dos membros presentes. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que estes documentos são o resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com as Juntas de Freguesia no sentido de se poder quantificar os valores reais a transferir da forma mais justa possível. De seguida fez um pequeno resumo daquilo que é este processo de transferência de competências para a juntas de freguesia desde a publicação da legislação aplicável, em 2019, e explicou que no decorrer deste ano se tentou monitorizar as competências delegadas por forma a que se conseguisse identificar as falhas e os acertos necessários, que permite agora um enriquecimento na tomada de decisão. -----

----- Relativamente à manutenção de algumas das competências no âmbito de intervenção do município, disse que a Câmara Municipal decidiu tomar como essenciais para a percussão do bom serviço público a esmagadora maioria ou todas as competências de cariz administrativo, por forma a cumprir os critérios basilares desta transferência, o não aumento da despesa pública com a duplicação de recursos e a necessidade de recrutamento de pessoal pela dispersão do serviço e a garantia da universalidade do serviço, sendo que a única Junta de freguesia que teria condições para as assumir seria a de Rio Maior. -----

----- Terminou congratulando-se por, finalmente, um dos grandes receios de sempre neste processo, a dependência das boas graças do cargo de Presidente de Câmara para poder ter ou não financiamento, deixar de existir, sabendo agora as juntas com aquilo que contam ao início de cada ano. -----



----- Concluiu dizendo que o que se pretende no ponto IV é a aprovação da proposta de manutenção no âmbito de intervenção do município de parte das competências a transferir para as juntas de freguesia, designadamente as constantes das alíneas c), d), g), h), i), j), k), l) e m) do n.º 1 do artigo 2º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril e no ponto V a aprovação da proposta de transferência de recursos constante dos mapas financeiros e a minuta do contrato que formaliza o auto de transferência dos recursos, nos termos do n.º 2 do artigo 5º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse que após ler os documentos respeitantes a estes dois pontos e após ouvir o Presidente da Câmara, se irá abster, porque efetivamente não pode dizer nada sobre as justificações para não atribuição de competências, que considerou pouco fátuas e que nada mais lhe fazem lembrar do que o passarinho que tem pejo em deixar que o seu filho saia do ninho com medo que ele caia e parta as asas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Interveio para dizer que nesta fase, ao longo do mandato, já se percebeu que este processo tem sido uma aprendizagem extraordinária e que sendo este o fórum por excelência para trazer o seu exemplo e para relevar a vivência do mundo rural, faz questão de dar a conhecer que são muitos os desafios com que depara e realçou o trabalho feito na requalificação de vias, cuja relação com a que a executou foi muito próxima, sempre em contacto antes, durante e depois da obra e que isso permitiu a rentabilização de serviços, tarefas e equipamentos muito para além do que era suposto. Ao contrário deste exemplo, disse, na colocação de luminárias não foi conseguida uma harmonia entre a EDP e a junta de freguesia e isso levou a que a execução ficasse além do que poderia ter sido, solicitando que pudesse ser feito um alerta a quem opera, de forma a se conseguir, sem grandes alterações, executar a competência de uma maneira diferente, isso porque existem zonas que estão na penumbra e outras iluminadas. Referiu que estes são meros exemplos da execução das competências que agora as freguesias têm como desafio e que se não for acautelada a execução poderão surgir problemas de tesouraria que irão condicionar a plena concretização dos trabalhos já que, neste momento, se funciona com reembolsos e não com adiantamentos, situação que poderá mudar com a transferência por duodécimos ao longo do ano. Lembrou ainda que a execução de obra e serviços na periferia tem, desde logo, a condicionante de não ser tão visível e a comunicação não ser tão imediata com as empresas. -----



----- Salientou que este é um processo em construção e que só o facto de se ir assumir competências que anteriormente eram do município, leva a que sejam pensados os recursos, financeiros e humanos, no sentido de se conseguir taxas de execução minimamente decentes. Afirmou ainda que até à data ainda vai durando o entusiasmo e que desde 2017 se nota uma fase de crescimento e houve de facto um aumento do financiamento e das condições, não deixando, por isso, espaço a grandes queixas e que, as que possam existir, são, de certa maneira, desafios e apelos porque, de facto, a tendência é para melhorar, mesmo com todas as condicionantes, e passo a passo avançar ao invés de trazer para aqui questões de emancipação que, por vezes, poderão, eventualmente, não ser tão sábias, tão avisadas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Interveio para deixar um agradecimento e louvar a tomada de posição do executivo, na pessoa do Presidente da Câmara. Disse que é uma realidade que a Junta de Freguesia de São Sebastião não tinha qualquer hipótese de poder suportar mais encargos e que a transferência de competência sem verba seria muito difícil de governar e tornar-se-ia uma grande preocupação e daí agradecer e louvar a tomada de posição do executivo de as manter no seu âmbito de intervenção, demonstrando um bom sentido de responsabilidade. Reafirmou que foi uma posição acertada e que à exceção da Freguesia de Rio Maior, que poderia efetivamente reunir condições para o fazer, as restantes freguesias estão satisfeitas com essa decisão. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Iniciou por dizer que são já onze anos de exercício de mandato como Presidente de Junta, e mais outros tantos como membro da Assembleia de Freguesia, e que ano sim, ano sim, surgem dirigentes políticos, essencialmente de esquerda, a lançar o tema da regionalização ou descentralização relativamente às competências que, na verdade, 99% dessas afirmações políticas são apenas areias para os olhos dos portugueses. Disse que a grande maioria das freguesias do país se caracterizam pela sua ruralidade, pelo envelhecimento das populações e pela desertificação de pessoas e de atividades económicas. Como tal, continuou, rapidamente se constatou que a lei da transferência de competências, como está, mais não é do que uma prenda envenenada para freguesias com as características daquela a que preside porque licenciar quando não a atividade económica, fiscalizar o que não existe, só fará sentido para alguém que,



instalado num confortável gabinete, conhece o mundo rural por uma imagem do Google, ou por uma definição da Wikipédia. -----

----- Afirmou que a lei da transferência de competências foi feita apenas para uma minoria de freguesias, as urbanas, esquecendo ou ignorando o que é Portugal e assim, o parecer da junta de freguesia a que preside sobre a decisão da Câmara Municipal de chamar a si a grande maioria das competências transferíveis para as freguesias, só poderia ser positivo evitando, assim, que fossem estas freguesias rurais a ter que recusar tais competências. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Iniciou por dizer que este é um tema muito caro às freguesias e no computo geral do poder local, mas que se está, obviamente, a falar da relação entre os municípios e as freguesias. Disse que a análise que têm feito enquanto dirigentes de uma junta de freguesia, no caso da Freguesia de Rio Maior, tem sido uma análise muito cuidada sem nunca perder o norte em relação aquilo que são os seus compromissos eleitorais e sua vontade e o objetivo, não só para a realidade de hoje, mas também para a realidade que querem no futuro para a maior freguesia do concelho de Rio Maior. -----

----- Continuou dizendo que não podia estar mais de acordo com alguns dos argumentos apresentados pelos seus colegas e pelo Presidente da Câmara, mas bem se sabe que a realidade que é espelhada no território é prejudicada imensamente por esta atual legislação e, obviamente, que nesse ponto partilha das palavras do colega que o antecedeu, porque efetivamente o grande problema continua a ser a falta de sensibilidade do território, a falta de conhecimento do território e a falta de sensibilidade política de alguns dos legisladores. Fez votos que esta realidade, com as mudanças de gerações, com o caminho e o aprofundar da democracia que se vai fazendo, isso vá sendo mitigado e que o contributo de todos enquanto agentes políticos. -----

----- Contudo, disse, em muitas alturas da vida há que se fazer reflexões profundas sobre aquela que é a atividade dos eleitos, sobre aquele que é o seu objetivo, sobre aquele que é caminho enquanto dirigentes, enquanto atuantes na política local e, por isso, partilhou aquela que é a sua preocupação maior no que se refere à legislação, que é o facto de uma freguesia com a dimensão daquela a que preside, através de um instrumento legal, ser de alguma forma prejudicada. Disse que tudo isto foi partilhado e conversado com o Presidente da Câmara e com os Vereadores e esclareceu a Assembleia sobre este entendimento, dizendo que a Freguesia de Rio Maior vai receber as competências da manutenção de espaços verdes e dos espaços públicos e também



da limpeza urbana nos espaços públicos e, enquanto ao seus colegas presidentes de junta pouco acrescentará à delegação de competências que têm atualmente, para a junta de Rio Maior vai aumentar exponencialmente o trabalho, não a execução porque irão ser transmitidos os contratos de serviços existentes com a Câmara Municipal, mas no acompanhamento e na condução dos trabalhos para que as coisas se mantenham, pelo menos, no nível em que estão ou então até melhorá-las. Ainda sobre estas competências disse que é sabido que nem todos os espaços verdes estão incluídos no contrato de serviços agora transmitido e que, a juntar aos trabalhos que diariamente a junta já faz, leva a uma dimensão que, forçosamente, obrigará ao aumento dos recursos humanos. -----

----- No que toca às competências administrativas disse que a freguesia poderia ter todas as condições para as receber e que esse é até o caminho que o executivo de junta preconiza para a Freguesia de Rio Maior. Considerou que o ano de 2021 poderia já ser já o ano de início desse caminho, fornecendo à junta a capacidade de servir os seus fregueses numa outra dimensão de carácter também administrativo, salientando que a junta tem os quadros necessários para o fazer, obviamente com os devidos ajustes e adequação. Acrescentou ainda que em relação a este entendimento que o Município faz sobre universalidade da transferência destas competências e sobre o qual o executivo da junta algum desconforto, deu conhecimento que procurou obter informação através de dois pedidos de parecer, um à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e outro à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), dos quais apenas obteve resposta apenas do primeiro, e, desta forma, não se sente totalmente esclarecido sobre as suas reservas relativamente à possibilidade de transferência das competências para umas freguesias e para outras não. Reafirmou que estes tipos de dúvidas surgem exatamente pela forma de legislar, que não olha à realidade do território, nesta como noutras áreas, exemplo disso é o combate a incêndios, e havendo a consciência de que existe a capacidade instalada na junta de freguesia para trabalhar e para fazer mais naquilo que é o serviço ao freguês, esta será uma avaliação continua a ser feita em conjunto com o município no sentido de se equacionarem outros cenários possíveis, mas considerou que pode estar a perder-se um momento que poderá voltar apenas daqui a uns cinco ou dez anos. Terminou agradecendo o trabalho que têm conseguido desenvolver, sem deixar de dar conhecimento desta posição da junta de freguesia, posição essa consubstancia a sua abstenção nesse ponto, mantendo a coerência com a posição que tomou em sede de reunião de executivo da junta, não



querendo, de todo, beliscar aquela que tem sido a relação de frontalidade e de honestidade ao longo deste mandato com o executivo municipal. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Pede a palavra para dizer que é de esquerda e devoto do Secretário de Estado Carlos Miguel, que defende em qualquer circunstância dado que lhe parece ser um homem integralmente ajustado para construir uma lei tão interessante como esta e, portanto, por julgar não estava claro, é bom que em política as pessoas se mantenham nos sítios com o qual se identificam, considerando que este processo é um desafio, um caminho a percorrer e que está bem-intencionado. -----

----- **Ponto IV – Proposta de deliberação de manutenção no âmbito de intervenção do município de parte das competências a transferir para as juntas de freguesia -**

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 2 votos contra das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 8 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins e do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior (29 presenças). -----

----- **Ponto V – Transferência de competências para os órgãos das freguesias | 2021 | Autorização de transferência de recursos e aprovação de minuta de Contrato de transferência** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Susana Carla Alves Franco, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----



----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** \_\_\_\_\_